

ECONOMIA MONETÁRIA E ESTUDO DA MOEDA

Prof.: Alexandre César Cunha Leite

INTRODUÇÃO

1- Período onde não existia moeda.

→ Como as trocas de mercadorias eram realizadas?

As trocas de mercadorias eram efetuadas diretamente no sistema de trocas denominado escambo.

As bases das suas atividades eram:

- ◆ As necessidades existentes nestas sociedades eram limitadas, abrangendo alimentação e sobrevivência no ambiente de vida. Portanto, para satisfazer suas necessidades, as atividades econômicas desenvolvidas eram rudimentares, baseadas na exploração da natureza;
- ◆ A alimentação era atendida via caça, pesca e coleta de frutos encontrados diretamente na natureza;
- ◆ Devido a pouca diversidade de produtos existentes, as trocas ocorriam quando:
 - ◆ Havia necessidade de determinado produto, e
 - ◆ Havia excedente destes produtos.

À medida que sociedades fixam território, inicia-se uma vida social mais complexa, onde os grupos sociais passam a explorar mais intensamente o solo. Com a especialização e a divisão social do trabalho, a atividade econômica torna-se mais complexa, aumenta o número de bens e serviços demandados pela população para satisfazer suas vontades, como consequência eleva-se a diversificação dos produtos disponíveis, fazendo com que a troca seja agora fundamental para a sociedade.

Para permitir o desenvolvimento das trocas, o escambo, gradativamente, dá lugar a processos de troca via pagamentos indiretos. A generalizada aceitação de determinados produtos, recebidos como pagamento em transações econômicas com o passar dos tempos configuram a origem da moeda. O fundamento dessa aceitação é que esses produtos, eleitos como equivalente – intermediário das trocas – são aceitos sem grandes restrições porque todos sabem que ele será aceito por qualquer integrante da sociedade. **Dessa maneira a troca deixa de ser direta.** Separam-se nitidamente as operações de compra e venda, intermediada por esses produtos de aceitação geral, que atuam como moeda. A partir da aceitação desses produtos como intermediários das trocas, passa-se a denominar ou medir o valor dos produtos em relação ao produto-moeda ou equivalente. Dessa forma podemos enumerar as funções que deve desempenhar a moeda no processo econômico, a saber: intermediário das trocas, medida de valor e reserva de valor.

Agora vamos examinar cada uma destas funções que deve desempenhar a moeda na economia.

FUNÇÕES DA MOEDA

a) **Intermediário das trocas:** é a função essencial da moeda, considerada por alguns autores como a razão principal de seu aparecimento. O benefício advindo dessa função é a facilitação do processo de produção e de distribuição, ampliando consideravelmente as possibilidades de especialização produtiva. Em síntese, os benefícios dessa função são:

→ Ao funcionar como intermediária das trocas, a moeda torna possível maior grau de especialização e de divisão social do trabalho. Isso devido à possibilidade que se abre a maior realização de trocas na economia, demandando uma diversidade de produtos maiores que a existente em uma economia de escambo;

→ A utilização da moeda possibilita sensível redução do tempo empregado nas transações. Essa economia de tempo faz com que o tempo economizado seja utilizada em outras atividades sejam de lazer ou produtivas.

→ Quando as trocas passam a ser efetivadas por intermédio da moeda, elimina-se a necessidade de dupla coincidência de desejos, exigida no escambo. Pois no escambo, a troca se realiza se existe à vontade dos cambiantes mútua pelos produtos respectivos.

b) **Medida de Valor:** ocorre quando há a conversão dos valores de todos os demais bens e serviços. Isto é, quando a moeda torna-se denominador comum de valores. A facilidade está na possibilidade de agora denominar todos os bens e serviços da economia em relação a um único bem. Anteriormente, na economia de escambo, existe o problema de se mensurar o valor de todos os bens em relação a todos os demais bens existentes. Na economia de mercado, o número de relações de troca é extremamente elevado, crescendo geometricamente à medida que se amplia o número de itens disponíveis no mercado. O número de relações de troca é expresso pela seguinte expressão:

$$RT = n(n - 1)/2 \text{ onde,}$$

n identifica o número de produtos disponíveis no mercado. A existência de um denominador comum ainda traz as seguintes vantagens:

→ Racionaliza e aumenta o número de informações econômicas, via sistema de preços, tornando possível uma atuação mais racional, quer de produtores, quer de consumidores, e ampliando as margens de eficiência operacional do sistema econômico;

→ Torna possível a contabilização da atividade econômica; e

→ Permite a construção de um sistema agregativo de contabilidade nacional, para cálculo dos agregados de produção, de investimento, de consumo, e poupança, de importância fundamental no planejamento da coisa pública.

c) **Reserva de Valor:** esta função traduz uma forma alternativa de guardar riqueza. Deve-se deixar claro que essa função não é exercida exclusivamente pela moeda, podendo ser realizada por outras formas de ativos. O diferencial é que a moeda possui liquidez. O conceito de preferência pela liquidez foi introduzido por Keynes, quando da publicação da Teoria Geral em 1936. A preferência pela liquidez versa que indivíduos, ao invés de consumir ou investir o dinheiro em aplicações de menor liquidez, preferem manter em seu poder uma determinada quantidade de moeda. Isso se deve à: (1) a liquidez permite a realização imediata de compras e, (2) o motivo precaução (que significa uma reserva para a ocorrência de imprevistos).

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA MOEDA

Para o bom desempenho das funções que acabam de ser examinadas, a moeda deve reunir uma série de características essenciais. Cabe ressaltar que a crescente complexidade das economias monetárias explica, em grande medida, a evolução histórica da moeda, no sentido de que os instrumentos monetários em uso nos diferentes estágios da evolução econômica dos povos pudessem adaptar-se às diferentes exigências que se manifestam em cada etapa, fazendo com que a moeda evolua de formas rudimentares para formas mais sofisticadas. Em todas as etapas, porém, foram mantidas certas características essenciais, sem as quais os diferentes instrumentos monetários utilizados não poderiam cumprir as funções básicas que deles sempre se exigiram. As características mais relevantes da moeda, estudadas desde Adam Smith¹, são as seguintes:

¹ Adam Smith é considerado por algumas correntes de estudo da evolução da teoria econômica como o pai da economia. Pessoalmente, não o considero como o pai da economia por motivos óbvios. Antes de Adam Smith, já existiram cientistas que se preocupavam com a administração racional dos recursos e com o crescimento das nações. Contudo,

- 1) **Indestrutibilidade e inalterabilidade:** a moeda deve ser suficientemente durável, no sentido de que não se destrua ou se deteriore, à medida que é manuseada na intermediação das trocas. Daí a busca constante de papéis de melhor qualidade para se imprimirem às notas fiduciárias utilizadas nas transações. Além disso, a indestrutibilidade e a inalterabilidade são obstáculos à sua falsificação, constituindo-se, assim, em elementos de fundamental importância para a confiança do público e a aceitação geral da moeda.
- 2) **Homogeneidade:** duas unidades monetárias distintas, mas de igual valor, devem ser rigorosamente iguais. Suponhamos o seguinte fato: nos primórdios da evolução histórica da moeda, determinada mercadoria seja tomada como instrumento de troca. As diferentes unidades dessa mercadoria devem, necessariamente, ser iguais, homogêneas quanto às suas características intrínsecas. Admitamos, que seja o arroz o instrumento de troca desse período hipotético. No caso de dois indivíduos realizar uma transação onde, o comprador paga a compra com o arroz de baixa qualidade e com grãos quebrados, enquanto o vendedor imagina que receberá em troca de sua mercadoria grãos inteiros e de boa qualidade. É justamente pela possibilidade de ocorrência deste equívoco que se demanda uma característica como a homogeneidade.
- 3) **Divisibilidade:** a moeda deve possuir múltiplos e submúltiplos em quantidade de tal que tanto as transações de grande porte quanto às de pequeno porte possam ser realizadas sem dificuldade.
- 4) **Transferibilidade:** diz respeito à facilidade com que deve processar-se sua transferência, de um possuidor para outro. Esta característica tem a função de facilitar e agilizar o processo de trocas na economia.
- 5) **Facilidade de manuseio e transporte:** essa característica deve-se exclusivamente ao fato de que a moeda não foi criada para dificultar o processo de troca e sim, facilitá-lo. Se o porte da moeda for dificultado, sua utilização aos poucos seria descartada ou haveria um processo de substituição por uma mercadoria de transporte mais facilitado.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOEDA

Quando analisamos a origem da moeda, evidenciamos que seu aparecimento decorreu da necessidade de superar obstáculos para o desenvolvimento do sistema econômico, principalmente, das trocas econômicas. À medida que os grupos humanos primitivos superavam o estágio da auto-suficiência e se submetem a sistemas mais evoluídos, praticando constantemente operações de troca, a invenção de sistemas monetários tornou-se um imperativo fundamental.

1- As moedas-mercadorias

No princípio, as primeiras moedas eram mercadorias. Estas deveriam ser suficientemente raras (para que fosse imputado valor a elas) e deveriam atender a uma necessidade comum e geral, para que pudessem ser aceitas sem restrições por todos os integrantes dos grupos envolvidos nas trocas. Desta forma, os primeiros tipos de moeda tinham, essencialmente, *valor de uso*; e, sendo este comum e geral, passavam a ter, concomitantemente, *valor de troca*².

É fácil entender as razões desse processo. Basta recordar que a condição *sine qua non* para a existência da moeda é sua aceitação geral – um fenômeno essencialmente social, inicialmente espontâneo, que se alastra e se afirma dentro dos agrupamentos humanos, independente de imposições de natureza legal. É intuitivo que, de início, a razão essencial para que a moeda tivesse

cabe o destaque de sua mais importante obra: SMITH, Adam. *Riqueza da Nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

² Para melhor compreensão dos conceitos de valor de uso e valor de troca, para quem possuir interesse, veja: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 14ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994. Livro 1 primeira parte.

aceitação geral estava em seu valor de uso, em sua utilidade, em sua capacidade de atender a uma necessidade comum. Assim, o requisito necessário para que se depositasse confiança na moeda era sua utilidade para todos ou, pelo menos, maioria da sociedade. As moedas primitivamente usadas tinham sua aceitação fundamentada na utilidade geral que a comunidade encontrava em seu uso, para a satisfação direta de determinadas necessidades. O valor de uso servia, assim, de garantia para o valor de troca. Ambos, na realidade, acabam por confundir-se, tal a correlações que se estabelecia entre eles.

Senhoriagem ou *Seignorage*

Em termos históricos, a senhoriagem consistia no conjunto de obrigações e deveres que o vassalo medieval devia a seu suserano ou senhor. Uma modalidade especial de senhoriagem era a taxa ou renda paga ao rei pelo nobre feudal para receber a concessão de cunhar moedas em seu domínio. Em termos mais específicos, isto é, quando relacionada com a emissão de moeda, a senhoriagem é a receita obtida por aqueles que têm o poder de emitir, decorrente da diferença entre o valor de face da moeda e seu custo de produção, que inclui o valor do metal correspondente e o trabalho de cunhagem propriamente dito. Nos períodos históricos em que o valor de face da moeda correspondia ao seu conteúdo material em metal, a senhoriagem abarcava apenas os custos de cunhagem (neste caso se denominava de *braceagem*), que até o séc. XVIII eram relativamente elevados. À medida que o valor de face da moeda foi se distanciando do valor do seu conteúdo material, a renda da senhoriagem foi crescendo, pois ela era apropriada por quem detinha o poder ou privilégio de emitir. Reis e príncipes abusaram desse meio para reforçar as finanças públicas. Com o aparecimento do papel-moeda em substituição às moedas metálicas tal diferença aumentou ainda mais. Ou seja, as autoridades emissoras podiam obter como receita de senhoriagem o total do valor de face da moeda emitida. A substituição da moeda metálica pelo papel-moeda permitiu também um enorme ganho social, na medida que se operou a substituição de uma moeda (de ouro ou prata) por outra (papel), com um custo sensivelmente menor.

Do ponto de vista interno de cada país, onde a moeda é fiduciária, o recurso à emissão de papel-moeda é uma forma de obter receita para o governo (Tesouro Nacional) por meio da senhoriagem, que em contrapartida provoca impactos inflacionários. Essa forma de obtenção de recursos constitui um imposto (inflacionário) de fácil e barata cobrança, o que tem levado muitos governos a apelar para a sua utilização, especialmente nos países latino-americanos.

2 – Papel-moeda

Com o desenvolvimento de sistemas de trocas à base de moedas metálicas e o paralelo incremento das atividades de produção e comércio ensejaram o aparecimento de um novo tipo de moeda, a que geralmente se dá denominação de papel-moeda. Com a multiplicação das trocas entre regiões e países, manifestaram-se alguns inconvenientes da moeda metálica como meio de pagamento. O transporte de metais a longas distâncias tornou-se relativamente difícil, em decorrência do peso e sujeito a riscos, em decorrência de roubos. A partir de determinada época histórica (particularmente após o Renascimento) os comerciantes passaram a utilizar-se de certificados de depósitos, os quais, por comodidade e segurança, passaram a circular no lugar dos metais preciosos. Com isso estava criada a nova modalidade da moeda, denominada *moeda representativa ou moeda-papel*, com lastro de 100% e com garantia de plena conversibilidade.

3 – Moeda Fiduciária

O uso generalizado do papel moeda abriu campo para o desenvolvimento de uma nova modalidade de moeda, não integralmente lastreada. A experiência mostrou que o lastro metálico integral (ou seja, o equivalente em metais preciosos ao valor da moeda) não era necessário para a

operacionalização desse novo sistema monetário. Esta constatação decorreu da percepção de que a reconversão do papel-moeda em metais preciosos não era solicitada por todos os seus detentores ao mesmo tempo. Assim, gradualmente, os “guardiões dos metais preciosos” passaram a emitir moeda sem lastro equivalente em metais. Ensejou-se a passagem do moeda-papel (moeda representativa) para o papel-moeda (moeda fiduciária).

4 – Moeda Bancária

Ao lado da moeda fiduciária, de emissão não lastreada e monopolizada pelo Estado, de curso forçado e de poder liberatório garantido por disposições legais, desenvolveu-se uma outra modalidade de moeda: a moeda bancária, escritural ou invisível. Esta forma de moeda é criada pelos bancos comerciais e corresponde ao total de depósitos a vista e a curto prazo nesses estabelecimentos de crédito. Sua movimentação é feita por cheques ou por ordens de pagamento – instrumentos utilizados para sua transferência e movimentação. A moeda bancária é também denominada invisível pelo fato de não ter existência física; e é escritural, por corresponder a lançamento de débitos e créditos, registradas em conta corrente dos bancos.

~~1 – DEMANDA POR MOEDA: síntese das versões clássica e keynesiana~~

~~Esta síntese traz a versão clássica e a keynesiana sobre a demanda por moeda, ou mais especificamente, sobre os motivos que levam os agentes econômicos (indivíduos e empresas) a reter ativos monetários. Por desempenhar funções econômicas essenciais, notadamente as relacionadas à intermediação de trocas, à liquidação de dívidas e à manutenção de reservas de valor, a moeda é procurada por todos os agentes que interagem e transacionam em sistemas economicamente organizados, viabilizando a sua integração no processo de divisão social do trabalho e a sua participação nos resultados das atividades produtivas. Nestas condições, independentemente dos padrões político-ideológicos que a sociedade esteja praticando, a manutenção, pelos indivíduos e empresas, de determinados níveis de encaixe monetário, pode ser considerada como uma necessidade vital. Dispondo de moeda, esses agentes mediarão suas transações nos mercados de bens e serviços ou de fatores de produção. Além disso, possuindo ativos monetários, esses agentes poderão beneficiar-se de oportunidades favoráveis de negócios. Ou, então, mantendo reservas em caixa, poderão desfrutar de um sentimento de maior segurança para enfrentar a ocorrência de necessidade ou infortúnios imprevisíveis.~~

~~Isto posto, vamos identificar como os economistas clássicos e keynesianos examinam os motivos que levam os agentes econômicos a demandar e reter ativos monetários.~~

~~1.1 – Versão Clássica~~

~~A denominação de economistas clássicos é atribuída a um grupo de pensadores econômicos que defendiam um conjunto de pressupostos e idéias liberais. As raízes do pensamento clássico se encontram nas reações liberais ao pensamento mercantilista praticada no período precedente. Entre os clássicos se destacam: Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jean Baptiste Say e Frédéric Bastiat.~~

~~1.1.1 – As razões da demanda individual~~

~~Basicamente, os economistas clássicos buscavam a resposta para a seguinte pergunta: *que razões levam as pessoas a manter ativos monetários se podem ganhar juros aplicando seus encaixes em ativos financeiros não monetários?*~~